

O Congresso dos Serviços de Saúde

No Palácio do Comércio, em Lisboa, inaugura hoje os seus trabalhos o 1.º Congresso Nacional dos Serviços de Saúde.

Nun país em que os problemas de saúde merecem o carinho da imprensa, a magna reunião a que fazemos referência seria incensada como um notável acontecimento de sumo interesse para a população.

Em Portugal não passa outro tanto. Os serviços de saúde correm à matroca, como a nossa reportagem sobre os hospitais o tem provado, e no entanto o acontecimento do Palácio do Comércio apenas tem merecido o cuidado de um ou dois jornais.

Todavia os problemas que vão debater-se são dum valor social muito importante como o atestam as teses a que noutro lugar temos dado publicidade. Não querendo especificar esta ou aquela por que todas são de grande merecimento somos, entretanto, inclinados a aludir a três teses pelo seu ineditismo.

Referimo-nos em primeiro lugar à tese sobre tuberculose, como doença profissional para o pessoal hospitalar. É um notável documento, duma perfeita urdidura, sob o ponto de vista sanitário. Nele se advogam medidas de defesa para os pobres enfermeiros, sujeitos ao contágio do terrível bacilo de Kock.

Pela actual legislação, o enfermeiro que durante longos anos tem que suportar todas as exigências do infeliz tuberculoso; que durante esse grande espaço de tempo é vítima do contágio da grave enfermidade, ao cabo de toda a sua abnegação, uma vez tuberculoso, tem como única recompensa a mendicância!

A dedicação, o altruismo destes funcionários hospitalares é reconhecido desta forma barbara, desta maneira despresível!

O Congresso dos Serviços de Saúde vai estudar o problema, vai procurar defender o enfermeiro do negro espectro da fome, já que a sua profissão não o pode furtar ao contágio do bacilo de Kock.

A segunda tese refere-se à enfermagem de alienados. É uma importante peça descritiva dos sacrifícios que são infligidos aos enfermeiros dos manicómios. O leitor que acompanhou a nossa reportagem do Manicómio Bombarda conhece já quanto penosa é a vida do enfermeiro desse estabelecimento de saúde. Basta apenas que lhe lembremos que: além doutros perigos a que está sujeito, é-lhe imposto um serviço de 36 horas seguidas!

O Congresso de Saúde vai também regular os serviços de enfermagem de alienados, quer sob este, quer sob outros pontos de vista.

O último documento técnico a que nos vamos referir, é dum grande valor sanitário e aproveita, particularmente, as populações rurais. Trata da enfermagem rural que não existe. Propõe esta tese a criação dos serviços de enfermagem junto das Câmaras Municipais, a fim de dispensar a intervenção do curandeiro, sempre nociva à saúde do público.

Sabido como é que em algumas regiões pantanosas o impudismo grassa com grande intensidade, fornecendo uma percentagem de mortos muito considerável, é mister criar nessas regiões a enfermagem conveniente, cuja missão seria a de auxiliar o médico municipal e, particularmente extingui-lo o mosquito, principal agente transmissor do germe da doença.

A mesma enfermagem teria ainda uma função importantíssima: o combate ao tétano tão frequente nas populações rurais por falta de recursos sanitários. Quantos casos mortais se registam, só porque a uma picada, só porque a um golpe que um trabalhador recebeu, não se fez o tratamento anti-tetânico!

Essa alta função seria desempenhada pelo enfermeiro rural, em benefício da saúde do povo e em nome dos princípios de humanidade a que as Câmaras não podem eximir-se.

Por estes e por outros motivos que seria ocioso enumerar, o Congresso dos Serviços de Saúde marca como um grande acontecimento social com jus à admiração de todos aqueles a quem os problemas de saúde merecem cuidado.

A Batalha que com desvelado carinho sempre defendeu as justas reivindicações da valorosa classe dos enfermeiros, envia ao Congresso dos Serviços de Saúde as suas cordiais saudações.

UM PROBLEMA GRAVE

A questão das transferências e os transtornos que está causando à indústria de tanoaria

Proporcionou-se-nos ontem a ocasião de conversar longa e detidamente com o camarada Faustino Ferreira, secretário geral da Federação dos Operários da Indústria Vinícola.

Chovia bastante. E na vaga esperança de que o temporal abrandasse uns momentos, fomos aproveitando o tempo escutando o que Faustino Ferreira nos relatou acerca da crise de trabalho na sua indústria e da greve heroica que os operários tanoeiros vêm sustentando no norte do país.

— A crise de trabalho — disse-nos ele — atingiu uma quarta parte dos operários da nossa indústria. Agora ameaça tornar-se geral.

— Porquê — perguntámos.

— Por causa da questão das transferências de dinheiro das colónias para a metrópole.

— É um problema grave, esse das transferências.

— Gravíssimo! — exclamou Faustino Ferreira. — Se o Banco Ultramarino persistir em querer levar 75 % pelas transferências de dinheiro dos exportadores de vinhos para as colónias, não se conseguindo, entretanto, o antigo predomínio.

— Depois de uma breve pausa o nosso entrevistado prosseguiu:

— Agora já os exportadores não têm a facilidade que tiveram de exportar os seus vinhos para França. Durante e após a guerra havia a febre da exportação para aquele país. Chegaram mesmo a despresar o Brasil e as colónias só por causa daquele país. Depois as falcaturas nos vinhos desacreditaram os nossos exportadores. Voltaram-se novamente as atenções para os antigos mercados das colónias e do Brasil, não se conseguindo, entretanto, o antigo predomínio.

— E agora?

— Agora, para agravar mais este estado de coisas, vem o problema das transferências.

— Resultado?

— Nem exportação para as colónias, nem para a França. Crise de trabalho.

— Que pensa a Federação Vinícola acerca da solução da crise? — perguntámos.

— Que é urgente resolver imediatamente a questão das transferências. E, para assegurar o futuro, proteger, como há muito os tanoeiros vêm reclamando, a plantação de castanheiros para termos no país matéria prima e não necessitarmos de importá-la de Espanha, como está sucedendo agora.

— E os industriais de tanoaria não se mexem?

— Esses — disse Faustino Ferreira — julgam que a crise se resolve por meio da baixa de salários. Mas não protestam contra os exportadores que têm auferido lucros exagerados, a-pesar do vasilhame ter baixado de preço.

— A chuva continuava caindo monótona e persistente, lá fora. A nossa conversa desviou-se para o movimento dos tanoeiros do norte. Faustino Ferreira falou-nos destes com grande entusiasmo.

— É uma greve formidável. Cerca de três mil operários mantêm-se há cinco semanas em luta, sem uma defecção, sem um desânimo. As greves mantêm-se em Gaia, Cortegaça, Esmoriz, Macedo e outras pequenas localidades.

— E os motivos da greve são...

— Contra o vasilhame de torna-viagem. É uma velha reclamação.

— Então o nosso entrevistado explicou:

— Antes da guerra a exportação de vinhos era feita em vasilhame que voltava desarmado, em «charutos» como se diz na gíria profissional. Os tanoeiros portugueses voltavam a armar e a reparar onde se tornava a fazer a exportação dos vinhos.

— Isso garantia o trabalho a alguns milhares de operários. Mas ultimamente os exportadores ingleses principiam a reimportar o vasilhame vazio mas armado, e nem por isso baixaram os preços dos vinhos, as diferenças entravam inteirinhas nos seus cofres. A indústria de tanoaria é que foi prejudicada com essa manobra. Os próprios industriais de tanoaria sentiam-se lesados mas não reagiam. Foram os operários que se lançaram na luta contra as casas inglesas de exportação.

— A luta mantém-se enérgica e os tanoeiros não-de vencer.

AS AMEAÇAS DO INVERNO

A tragédia do Taruço pode repetir-se agora se não forem tomadas imediatas providências

Este inverno anuncia-se bastante rigoroso — e o dia de ontem foi um prenúncio convincente — e um problema surge a preocupar as atenções de todos os que não moram nos palacetes suntuosos das avenidas novas. Esse problema é o da habitação. É um problema bastante grave que requer providências imediatas, sob pena de se darem várias catástrofes capazes de assumir proporções bastante dolorosas e trágicas.

Esse problema é o da habitação. Há pela cidade milhares de criaturas que estão ameaçadas de perder suas habitações e suas vidas.

Em Marvila, no Alto do Pina, próximo de Palmavá, naquele aglomerado de bairros pobres ali para a rua Maria Pia, existem bastantes criaturas que habitam em barracas construídas de toda a espécie de sucata: madeiras velhas, pedaços de zinco e latas ferrugentas. Essas barracas, algumas delas assentes em terrenos deploravelmente movediços, não possuem as condições de segurança requeridas para resistirem a uma invernada rigorosa.

Para se fazer uma ideia que esclareça e justifique as nossas apreensões basta dizer-se que os telhados são agitados por pedregulhos. Bizarra segurança? De acordo. Mas o que é pior é que esses pedregulhos deslocam-se inevitavelmente sacudidos como folhas de papel ao sabor impetuoso duma ventania implacável e trágica. E não são os telhados que desaparecem, são as casas — as casas? — as barracas que desabam e se pulam na derrocada os entes que as habitam. Há vidas, muitas vidas humanas, que correm assim um grave risco.

Essas barracas deviam ser demolidas a tempo de se evitarem gravíssimos desastres. Mas, essas demolições não podem, nem devem fazer-se sem que seja assegurada moradia às pessoas que nelas habitam. A diferença que as entidades competentes têm mostrado por este problema é criminoso. Toda a indiferença da qual resultem catástrofes desta natureza, não tem a mínima desculpa. E até agora ninguém se mexeu, ninguém se preocupou em procurar dar uma solução tendente a evitar incidentes duma excepção gravidade.

O inverno já começou — e bem forte e bem rigoroso. Alguns dias como o de ontem e as previsões que aqui fazemos cumprem-se faticamente. Ter-se-ia variado da memória daqueles a quem cumpre velar por estes casos, aquele desastre da travessa do Taruço em que um prédio desabou, sepultando nos seus escombros a maioria das pessoas que o habitavam?

Assim parece. A Câmara Municipal, esta execrável Câmara Municipal que não suporta os portamentos e os sofresmos, deve estar muito esquecida duma tragédia em que lhe cabem grandes culpas, as principais culpas. Devemos, porém, dizer que o seu esquecimento não é involuntário.

É proposital. Há prédios que a sua deficiência fiscalizadora mandou apertar — e isso ainda não se fez. Que espera a Câmara? Que esses prédios desabem? Assim parece.

Há muitas criaturas que não têm moradia, que vivem e dormem ao acaso pelas ruas dos bairros excêntricos. Como poderão elas suportar os furiosos vendavais que se anunciam? Pois que os suportem como quiserem e se não poderem que rebentem!

De coisas mínimas não cura o preitor e os males espantosos que nós apontamos são coisas mínimas...

A construção civil fez várias, importantes e utilíssimas reclamações à Câmara Municipal, a quando da tragédia do Taruço. Essas reclamações não foram até à data atendidas. E a construção civil não apresentou uma única reclamação que não revestisse um aspecto al-

Apreocupação máxima do operariado

A crise de trabalho é actualmente o problema máximo de todos os países. Esse facto atesta duma maneira concludente que o capitalismo como organização provou já bem a sua incapacidade.

Em todos os países, incluindo a Rússia, há milhares de *chômeurs* lutando com a fome, sofrendo as agruras duma situação de miséria e de horror. Por toda a parte há trabalhadores que há meses não recebem um único centavo em troca de trabalho que produzem. E, todavia, a todos os ministérios, aos parlamentos de todos os países já chegou o grito desesperado dos sem trabalho, já chegaram os clamores dessa legião de famélicos que quer trabalhar para viver!

A situação em Portugal não é melhor nem pior do que a dos outros países! É igual, tem as mesmas consequências, teve a mesma origem.

A ganância do capitalismo não é particularmente este ou aquele país. A febre de enriquecer não é privativa dos homens do dinheiro de França ou Portugal. Porisso a crise de trabalho atinge o operariado de todos os países, porisso a falta de trabalho roubou o pão aos trabalhadores de todo o mundo.

Para que se faça uma ideia aproximada do que vai por diversos países, utilizamos-nos agora duns elementos estatísticos que temos sobre a nossa mesa de trabalho, que muita luz derramarão sobre a crise de trabalho, excluindo Portugal por não possuírmos qualquer trabalho estatístico que nos servisse de base.

Alemanha: De 1 a 15 de Agosto o número dos sem trabalho subsidiados pelo governo atingia a elevada cifra de 198.022. Nas 40 União Profissionais havia em fins de Julho mais 131.066 *chômeurs* e 177.280 operários que estavam a trabalho reduzido.

Austria: Segundo estatísticas oficiais o número dos sem trabalho era em fins de Julho de 111.886. Recebem todos subsídio do Estado.

Bélgica: Em 596.134 membros reconhecidos 135 caixas de auxílio aos desempregados havia em Setembro 5.636 aderentes que não tinham trabalho e 18.434 que tinham trabalho reduzido.

Dinamarca: A falta de trabalho manteve-se num nível quase constante nos meses anteriores a Agosto. Porém, neste mês, talvez devido à depreciação da moeda, a percentagem era 9,2 %. Em Setembro em todo o país havia 27.814 operários que não tinham trabalho.

Finlândia: Segundo os informes das agências de colocação o número dos trabalhadores inscritos e sem trabalho é de 1.186 operários.

França: Segundo os números das agências oficiais de colocação os sem trabalho eleva-se a 9.154 (6.101 homens e 3.053 mulheres).

Grã Bretanha: Dos 983.065 membros inscritos nos sindicatos, 112.034 não tinham trabalho.

O número total dos sem trabalho elevava-se a 1.345.500 em meados de Setembro.

Itália: O número dos operários inscritos sem trabalho é de 85.523 e de 6.944 a trabalho parcial.

Letónia: Os sem trabalho inscritos nas Bolsas de Trabalho é de 1.269.

Noruega: Em fins de Agosto havia 15.949 operários sem trabalho.

Países baixos: As Bolsas de Trabalho registam a existência de 16.769 desempregados e 5.049 operários a trabalho reduzido.

Polónia: Segundo estatísticas oficiais o número dos sem trabalho é de 175.400.

Rússia: Segundo os números das Bolsas de Trabalho, os desempregados atingem a brutal cifra de 1.200.000. As percentagens são: 29 % de operários com ofício, 29 % de intelectuais e 35 % de jornaleiros.

Suécia: Entre os 217.251 membros que pertencem aos sindicatos, 16.252 não tinham trabalho em fins de Julho.

Suiza: O número dos sem trabalho inscritos eleva-se a 9.751.

Estados Unidos: O Departamento do Trabalho, numa estatística em que compreende 9.155 empresas pertencentes a 52 indústrias e ocupando 2.691.419 operários, o número dos trabalhadores referidos decresceu: a uma proporção de 1.1 %.

E' este o quadro, bem triste por sinal da situação do operariado de

NA HUNGRIA

Rakosi em vésperas de ser condenado à morte

O terror branco do carrasco Horthy que já causou milhares de viúvas e de órfãos, atenuou-se um pouco perante a indignação mundial.

De tempos a tempos, no entanto, sob a capa de decretos pífidos, o tirano sem coroa manda executar inocentes para satisfazer as suas mesquinhas vinganças.

Hoje chegou a vez a Rakosi.

Rakosi, ex-comissário do povo em 1919, refugiado na Rússia após a queda de Bela Kun, foi enviado de novo à Hungria por Zinoviev, a fim de ali reorganizar o partido comunista.

No próprio dia da sua chegada a Budapest, Rakosi foi preso e imediatamente acusado, *sem a mais pequena prova*, de ter organizado um *complot* contra a vida do almirante Horthy. A imprensa reacçãoária de Budapest pediu a sua condenação à morte sem julgamento.

Fingindo-se respeitador das leis, o governo húngaro obrigou Rakosi a apresentar-se perante um tribunal extraordinário. O processo começou sábado passado.

O que serão estes debates? É de temer que Rakosi seja condenado imediatamente à morte.

Os homens livres de todos os países devem protestar de forma a impedir uma tal infâmia.

UMA MANIFESTAÇÃO PERANTE O PARLAMENTO CONTRA AS DEPORTAÇÕES E PRISÕES SEM CULPA

A Comissão pró-regresso dos deportados em harmonia com as decisões do Conselho da Câmara Sindical do Trabalho, das quais damos relato noutro local, pede-nos para tornar pública a seguinte nota oficial:

Tendo vindo a público que a projectada manifestação ao parlamento se realizaria no dia da sua abertura, e tendo esta comissão ponderado que esse acto perderia toda a importância de que deve ser revestido, sabido como é que no dia da abertura do parlamento deverá haver parada militar como é costume sempre que se trata do início duma nova legislatura; e tendo também observado que após a constituição da câmara deverá surgir as crises ministerial e presidencial e como quer que não seja próprio que a manifestação se realize antes que os diversos poderes da república estejam todos devidamente constituídos, esta comissão, depois de ponderar devidamente todos estes inconvenientes ao conselho geral da Câmara Sindical do Trabalho, mas também determinado pelo Congresso realizado em Santarém.

A Comissão Pró-regresso dos Deportados aproveita a ocasião deste adiamento para mais uma vez lembrar a todos os organismos que realizem as sessões, cumprindo assim não só o que foi resolvido no Conselho da Câmara Sindical de Trabalho, mas também o determinado pelo Congresso realizado em Santarém.

A Comissão Pró-regresso dos Deportados

Política francesa

Brind vai organizar novo ministério

PARIS, 27. — O sr. Herriot informou o sr. Doumergue da impossibilidade de organizar governo, depois de ter conferenciado largamente com os membros dirigentes do seu partido.

O presidente da República convidou de novo o sr. Brind a procurar organizar o novo ministério, tendo o actual ministro dos estrangeiros aceite, procurando formar um gabinete de concentração das esquerdas.

O sr. Brind conferenciou esta manhã com os srs. De Selves, Loucheur, Paul Boncour, Franklin Bouillon, Chaumet, Painlevé, Herriot e Berenger.

O novo chefe do governo deve ainda esta tarde apresentar ao presidente Doumergue a lista do seu gabinete.

O provável elenco governamental

PARIS, 27. — O *Paris-Midi* dá como provável a seguinte lista ministerial:

Presidência e estrangeiros, Brind; Justiça, De Monzie; Interior, Daladier; Finanças, Doumer ou Loucheur; Guerra, Daladier ou Loucheur; Instrução, Cazals; Marinha, Lemery; Trabalho, Dalbiez e Obras Públicas, Laval.

O atentado ao presidente da república polaco

BERLIM, 27. — O ucraniano que em Setembro do ano passado pretendia assassinar com uma bomba, em Lemberg, o presidente polaco Wojciechowski, e que se ocultava na Alemanha, entregou-se ontem voluntariamente à polícia de Berlim.

O ucraniano declarou às autoridades que procedera em conformidade com as ordens recebidas duma associação militar secreta da Ucrânia.

Política francesa

Brind vai organizar novo ministério

PARIS, 27. — O sr. Herriot informou o sr. Doumergue da impossibilidade de organizar governo, depois de ter conferenciado largamente com os membros dirigentes do seu partido.

O presidente da República convidou de novo o sr. Brind a procurar organizar o novo ministério, tendo o actual ministro dos estrangeiros aceite, procurando formar um gabinete de concentração das esquerdas.

O sr. Brind conferenciou esta manhã com os srs. De Selves, Loucheur, Paul Boncour, Franklin Bouillon, Chaumet, Painlevé, Herriot e Berenger.

O novo chefe do governo deve ainda esta tarde apresentar ao presidente Doumergue a lista do seu gabinete.

O provável elenco governamental

PARIS, 27. — O *Paris-Midi* dá como provável a seguinte lista ministerial:

Presidência e estrangeiros, Brind; Justiça, De Monzie; Interior, Daladier; Finanças, Doumer ou Loucheur; Guerra, Daladier ou Loucheur; Instrução, Cazals; Marinha, Lemery; Trabalho, Dalbiez e Obras Públicas, Laval.

O atentado ao presidente da república polaco

BERLIM, 27. — O ucraniano que em Setembro do ano passado pretendia assassinar com uma bomba, em Lemberg, o presidente polaco Wojciechowski, e que se ocultava na Alemanha, entregou-se ontem voluntariamente à polícia de Berlim.

O ucraniano declarou às autoridades que procedera em conformidade com as ordens recebidas duma associação militar secreta da Ucrânia.

UMA DIVAGAÇÃO BURLESCA

Mussolini deu-lhe agora para ameaçar o Universo

Mussolini acaba de pronunciar um discurso em Roma, em que se dirige tanto aos países estrangeiros como à Itália. O ditador pretende dar uma lição ao mundo fazendo ouvir a sua voz redentora. O seu discurso coincide estranhamente com a agitação pseudo-fascista que se tem notado ultimamente em vários países e isso despertou a atenção duma grande parte da imprensa mundial, especialmente da francesa.

— Por toda a parte — diz o ditador — tem-se o sentimento de que nesta sociedade moderna é necessário restabelecer enérgica e imediatamente os princípios de ordem, de disciplina, de hierarquia, sem os quais as sociedades humanas marchariam para a ruína.

— Estes princípios não são só em Itália que dão resultados, mas em todos os países civilizados.

— Não é só a vós que eu me dirijo: eu falo ao mundo inteiro. O mundo está dividido por uma experiência política italiana. Em todos os países se discute pró ou contra o fascismo. Quando eu afirmo que não é possível ao estrangeiro copiar o fascismo, porque as condições históricas, geográficas, económicas e morais são diferentes, afirmo ao mesmo tempo que há no fascismo elementos de vida cujo carácter universal ninguém o poderá negar.

Mussolini a seguir profere uma ameaça que é um tanto ou quanto confusa:

— Eu não ameaço ninguém, desejo apenas proferir um enérgico aviso a fim de que por todos seja ouvido.

Que aviso será este que Mussolini quer dar ao mundo que contempla a sua trajetória burlesca? Embora ele diga que não, que é isto senão uma ameaça?

A febre fascista não devia passar além dos Alpes e o ditador era melhor que se servisse a sua eloquência e as suas ameaças aos seus infelizes compatriotas.

A RENOVAÇÃO VENDE-SE EM TODAS AS TABACARIAS

Notas & Comentários

Suspeitos

Por enquanto não se vê claro. O Século ataca. E qual é o interesse do Século? O Diário da Tarde ataca também. Mas que quer o Diário da Tarde? Do outro lado o jornal A Tarde responde aos primeiros afirmando não ser órgão do dr. Nuno Simões, ministro do Comércio, para melhor defender o ministro e a Companhia do Ambolm de onde ele é administrador, a Companhia do Ambolm que é financiada pelo tal Banco de Angola e Metrópole. Mas que visam as campanhas dos jornais? E' o que o público não vê. Não se vê claro — nesta confusão patriótica... Estamos em presença de manobras tenebrosas. De positivo sabe-se apenas que, como sempre, o povo deve ser burlado.

Contra uma base militar dos polacos

Dantzig, 27. — O Estado Livre de Dantzig protestou junto da Sociedade das Nações contra a base militar e os depósitos de munições que pelos polacos estão sendo construídos no porto livre.

Os polacos mantêm no porto 18 navios de guerra, quando os acordos estabelecidos lhes permitem apenas a manutenção duma pequena força de polícia na parte ocidental do porto livre.

O tratado de Locarno

BERLIM, 27. — O Reichstag aprovou ontem por 271 votos contra 149 o artigo primeiro da proposta de lei de ratificação do Tratado de Locarno, o qual se refere à segurança e arbitragem, e por 242 contra 160 o artigo segundo, relativo à entrada do Reich na Sociedade das Nações.

Contra o uso do chapéu

ANGORA, 27. — Foram efectuadas 27 prisões em consequência duma grande manifestação reacçãoária que, aos gritos de «Não queremos chapéu», protestava contra a lei aprovada pela Assembleia Nacional, proibindo o uso de todas as coberturas de cabeça que não sejam chapéus.

Teses a discutir no Congresso de Serviços de Saúde

O direito à reforma para o pessoal hospitalar não deve ter qualquer restrição

Senhores Congressistas:—Verdadeiramente congratulando pela realização, entre nós, pela primeira vez, de um congresso onde se faz representar, com o mais vivo entusiasmo, a classe da enfermagem portuguesa, porque esse congresso, além de abrir novos horizontes ao futuro de todas as classes que por ele se interessam, acentua, também, uma conduta moral e intelectual que nos honra a todos, exteriorizando a minha satisfação por tão útil empreendimento e saudando todos aqueles que para ele contribuíram, saúdo, igualmente, com muito prazer, os ilustres congressistas que lhe vieram dar a sua cooperação valiosíssima.

Reconhecendo que a nossa classe, infelizmente, não progrediu tanto como tinha probabilidade de progredir, afirmo, no entanto, com muito prazer e sem recear qualquer desmentido, que este progresso, afinal, não é tão ínfimo, felizmente, como muita gente julga.

Mas, porque muito há ainda a conseguir e porque há muitos colegas nossos que no seu mister tão útil e tão necessário, não têm as garantias que outras classes têm hoje, tenho a honra de apresentar ao congresso esta tese insignificante, sob o ponto de vista literário, mas que, por ser inspirada num elevado sentimento de justiça, vai merecer, naturalmente, a vossa atenção.

Senhores Congressistas:—Como V. Ex.ª sabem, os funcionários dos diversos serviços hospitalares, apesar de exercerem uma função cuja utilidade e necessidade é absolutamente indiscutível, e que não só é imprescindível, mas insubstituível, também, como, aliás, ninguém ousará contestar, não têm o direito à aposentação quando são nomeados funcionários públicos, isto é quando se encontram ao abrigo de uma lei geral que lhes concede esse direito.

Para se patentear direito é injusta a desigualdade de tratamento de que são vítimas os funcionários dos diversos serviços hospitalares, sob o ponto de vista do direito à aposentação tal como está fixado, nem é necessário fazer, sequer, quaisquer referências à forma como no exercício dos seus misteres muitos deles estão ligados a dois teres males; um de origem microbiana e outro de origem bacilosa.

A utilidade e imprescindível necessidade da sua função, o carácter especial que tem, como facilmente o compreenderá qualquer espírito menos cego, patenteiam de tal forma a injustiça de que somos vítimas, que bastará esta simples referência à função que desempenhamos para que se veja em indiscutível evidência, a tremenda injustiça de que somos vítimas, a pouca consideração que temos sido votados.

De facto, em atenção à natureza dos serviços que desempenhamos e às responsabilidades que temos presente no seu desempenho, ninguém, certamente, consideraria um privilégio, se o direito à aposentação para o pessoal hospitalar fosse fixado no fim de um período de trabalho mais curto que o de outros empregados, se a remuneração que auferimos não fosse tão exigua como é.

Infelizmente, porém, há colegas nossos que se encontram em circunstâncias muito piores do que as nossas.

Excelentíssimos colegas: do que me prezo ocupar em especial, neste modesto trabalho, são os nossos colegas que tiveram a fatalidade de ter de ganhar o pão de cada dia nos hospitais da província!

Como todos nós sabemos, há inúmeras instituições hospitalares em diversas terras do país que, pela sua pobreza, nem mesmo a aposentação que nós obtemos conseguimos usufruir.

Há muitos colegas nossos que, depois de terem exercido uma vida inteira a velar pela alheia, na velhice e depois de se encontrarem inabilitados, acabam na maior miséria, sendo esta a única recompensa que obtêm do seu trabalho.

Vejamos, por exemplo, o que sucede com três enfermeiros do Hospital da Misericórdia de Évora, um, com 45 anos de serviço e que se encontra cego e os outros dois com 40 anos de serviço, um, e outro com 36 que estão hoje reduzidos à irrisória pensão de 5500 escudos diários!

Na persuasão que está no âmbito de todos os ilustres congressistas, a demonstração de solidariedade que este modesto trabalho representa, para os nossos colegas da província, e no desejo de concretizar as considerações que nos podia sugerir a sua triste odisséia, tenho a honra de apresentar ao congresso a seguinte proposta:

Considerando que aos funcionários dos Hospitais, Misericórdias e Institutos que têm fiscalização do Estado, bem como das Câmaras Municipais, não lhes é concedida a aposentação nas condições em que a obtemos, ou quando se encontram impossibilitados pela idade ou por qualquer acidente;

Considerando que esse pessoal exerce uma função, que não pode deixar de merecer ao Estado, uma atenção idêntica à dos funcionários públicos;

Considerando, que não é justo que não obtenham aposentação os empregados das instituições em que o Estado é interessado em manter serviços de saúde;

Considerando que representa uma verdadeira injustiça, a circunstância de pessoal empregado nestes institutos não ter o direito à aposentação, conferido aos empregados dos estabelecimentos hospitalares do Estado;

Considerando que o Estado tem o dever de pôr ao abrigo da miséria, todos aqueles que exercem uma função social com a utilidade que tem a nossa;

Considerando finalmente que é de toda a justiça que o Estado, por meio de seguro, coloque ao abrigo da miséria, quando se encontra no último quartel da vida, o pessoal que hoje trabalha em estabelecimentos hospitalares que têm autonomia.

Proponho que se, reclame ao sr. ministro do Trabalho uma lei pela qual se organize:

a) Uma Caixa de Reformas e Pensões para o pessoal dos serviços hospitalares a cargo do Ministério do Trabalho e Pre-

vidência Social, para concessão da pensão de reforma nos casos de incapacidade por doença adquirida em serviço, ou quando tenham atingido trinta anos de serviço em qualquer hospital, misericórdia, câmara municipal ou qualquer instituído onde exista pessoal considerado de «saúde».

b) Que a referida Caixa de Reformas e Pensões seja mantida por uma cota obrigatória e regulada pelo referido Ministério.

—Alvaro Eugénio Pereira Coutinho, relator.

Horário de trabalho nos serviços de enfermagem dos hospitais

Presados congressistas:—Ao apresentar este trabalho, saúdo todo o Congresso e em especial os clínicos hospitalares.

A enfermagem em Portugal, como é do conhecimento de toda a gente, é exercida por indivíduos de ambos os sexos, e como classe é das que menos usufruem, o que não acontece aos nossos colegas estrangeiros.

Assim, enquanto que nos hospitais franceses a enfermagem nos seus horários de trabalho goza da mesma regalia que todas as outras, a jornada das 8 horas, em Portugal havendo também a mesma lei, que não exclui o pessoal hospitalar, até hoje ainda não foi aplicada.

Não se compreende que o Estado, obrigando os patrões a cumprir a lei, seja quem dê exemplo de faltar ao seu cumprimento. Estou convencido, tenho muita esperança que este congresso sairá bem delineada as nossas reivindicações, que não de trazer melhores dias para os que labutam nos serviços de saúde.

O cumprimento da lei horário de trabalho nos serviços hospitalares pode ser executado se toda a classe assim o entender, pois que a nós, os enfermeiros, a sociedade não nos deve esquecer e tem por dever auxiliar-nos quando as nossas pretensões sejam justas como esta.

Portugal representado na Conferência de Washington, ratificada por lei todos os Estados e defendida pelo Bureau Internacional do Trabalho, resolveu estabelecer o regime das 8 horas.

O pessoal de enfermagem dos hospitais trabalha numa média de 85 horas por semana, quasi o dobro que marca a lei, em prejuízo dos serviços por uma longa permanência, e nas péssimas condições higiénicas dos nossos hospitais, do que resulta o seu depauperismo.

Sob o ponto de vista moral o estabelecimento do horário de trabalho, trará uma melhor repartição de horas de trabalho o que não acontece actualmente.

O enfermeiro dentro dos hospitais desempenha pouco esforço muscular, mas tem grande permanência dentro dos respectivos serviços, num meio portanto insalubre, em luta constante com um exército de bacilos de toda a ordem. O enfermeiro necessita de uma grande resistência moral para cuidar dos enfermos que nos impõem como dever uma dedicação sem limite, mas por isso também deve ser regulada essa missão de trabalho a executar segundo as leis.

Como sabem, é a tuberculose que nos mata, sendo um grande factor contra o nosso organismo o ar que respiramos nos nossos serviços, trabalhando horas seguidas, e em enfermarias com lotação de 50, 60 e 90 doentes. Havendo uma melhor divisão de horas de trabalho o serviço far-se-á com mais interesse para os doentes, e desde que todos os que trabalham nos hospitais sejam pontuais na sua execução e toda a engrenagem funcionando com a devida regularidade, decerto que a enfermagem poderá também gozar dos benefícios que hoje têm todas as classes.

Preconizamos a lei horário de trabalho nos serviços de saúde, mas acima de tudo devemos manter este princípio intangível:

O interesse superior dos doentes, que a Sociedade nos confia, indica-nos que em caso algum os cuidados a ministrar aos enfermos devem sofrer.

Segundo comunicação dos nossos colegas franceses, são os seguintes os horários que vigoram nos hospitais de Paris:

1.ª equipe, entra às 8 horas da manhã até às 17,30, tendo 1,30 para almoço.

2.ª equipe o pessoal mais reduzido, das 17,30 às 23 horas.

3.ª equipe. Serviço de vela das 23 horas às 8 horas.

Tudo o pessoal se apresenta 10 minutos antes da hora marcada para se fazer a entrega do serviço.

Os horários mais em vigor são os que preconiza a Federação dos Serviços de Saúde Francesa, que são os seguintes:

1.ª equipe entrada às 8 h. até às 14 1/4

2.ª " " " " 14 " " " 23 "

3.ª " " " " (de vela) 23 " " " 8 "

Se a necessidade do serviço obrigar a permanecer mais tempo, não recebe qualquer remuneração, mas são-lhe essas horas contadas e prefazendo 8 horas gozará um dia de licença, ou tantos dias quantas 8 horas suplementares fizer e no fim do ano gozará, junto à sua licença disciplinar, mais esses dias.

Em Portugal, nos serviços de enfermagem dos hospitais se pode também aplicar-se a lei horário de trabalho e assim apresento a seguinte proposta:

O 1.º Congresso Nacional dos Serviços de Saúde resolve:

1.ª—Que se reclame do Estado o cumprimento do decreto n.º 5516 que manda aplicar a todas as classes a lei horário do trabalho;

2.ª—Quando à sua execução, adoptar-se-á em cada serviço o seu horário segundo as necessidades para a boa execução dos serviços;

3.ª Aumentando o número de pessoal como a aplicação da lei, advém melhores vantagens para o tratamento de doentes;

4.ª Que todos os sindicatos representados, como também todo o pessoal hospitalar, dêem todo o seu esforço à regulamentação da lei horário do trabalho.—Lourenço de Jesus Friças, relator.

Assistência aos alienados

Senhores congressistas:—Ao ser eleito pela minha classe seu delegado a és e Cor-

NAS AMÉRICAS

O governo do Panamá e os grevistas

Na América Latina acaba de se dar mais um caso em que se demonstra bem como os Estados capitalistas se entendem às mil maravilhas, quando se trata de prejudicar a família trabalhadora. O governo de Panamá, para fazer face a uma greve, pediu a intervenção da polícia norte-americana, que está de guarda ao canal. Os Estados Unidos, que tem todo o interesse em sufocar qualquer revolta do povo trabalhador, acce-deram imediatamente a esse pedido.

A este respeito, o correspondente do *United Press* em Balboa informa o seu jornal do seguinte:

«O governo de Panamá pediu que as autoridades dos Estados Unidos ocupassem essa cidade para reprimir os desordens que os grevistas cometem. A ocupação da capital pelas tropas dos Estados Unidos efectuou-se há hoje, pelas 13 horas e 30 e o general Martin entrará à frente de três batalhões. As autoridades civis ficarão nos seus lugares e todos os presos serão entregues às autoridades do Panamá.

«O governo de Panamá tinha solicitado que as autoridades norte-americanas ajudassem a acção da polícia e reforçassem com um contingente de soldados a força pública da cidade. Como as autoridades da zona do canal se negassem a aceder a este pedido, o governo de Panamá pediu a ocupação.

«As desordens começaram com o incidente que os inquilinos tiveram há alguns dias com a polícia, quando esta procurava dispersar uma reunião que celebrou a Liga dos Inquilinos, proibida pelo governo».

Até agora as intervenções americanas efectuavam-se sem o consentimento dos governos dos países, ou a pedido destes para assegurar a sua estabilidade perante os partidos da oposição. Mas ultimamente o governo americano tem feito extraordinários progressos.

Se a nova medida der resultado, não está longe o dia em que, a pedido dos próprios capitalistas americanos, com ou sem o consentimento do governo das repúblicas protegidas, as tropas intervirão nos conflitos sociais e farão o papel de polícias nas cidades convulsadas pelas reivindicações do operariado.

PROPAGANDA SINDICAL

Em Aldeia de Terrugem

TERRUGEM, 25.—Na Associação dos Trabalhadores Rurais realizou-se uma sessão de propaganda sindical, na qual fizeram uso da palavra Joaquim Candieira, pela Federação Rural, João Miguel Mauricio e outros camaradas que defenderam a associação como única entidade defensora dos interesses do operariado.

Por último foi aberta uma quete em favor de Francisco Moura, doente, que rendeu 29300.—E.

MUTUALISMO E COOPERATIVISMO

Caixa de Previdência dos Profissionais da Imprensa.—Continua hoje, às 17 horas, a sessão da assembleia geral extraordinária da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, a fim de se discutir o projecto, com as condições de arrendamento, dum «modus-vivendi» a estabelecer entre as directores da Caixa de Previdência e do Sindicato, para garantia da instalação deste último organismo, no andar vago do prédio da rua do Loreto, n.º 13 a 19, e de se fazer uma consulta sobre a admissão de sócios que se encontram em determinadas condições.

ESPERANTO

Na Associação Portuguesa de Esperanto, rua da Graça, 31, teve lugar na passada quarta-feira, a primeira lição do curso dirigido pelo 1.º secretário Adolfo Nunes. O curso é gratuito para os sócios e a inscrição para o curso está aberta até hoje, dia em que definitivamente se encerra.

gresso, comecei ponderando num tema que, logo capital e que por isso deliberar trazer à vossa apreciação esclarecida.

Trata-se de estudar o processo de minar a dor e sustentar o sofrimento dum espécie, infelizmente grande e sempre crescente, de desgraçados como sejam os alienados.

Com efeito nota-se que este terrível mal para que ainda não há cura radical tem alastrado, nos últimos anos, dum maneira assustadora. Nas duas principais cidades do país temos dois manicómios. Em Lisboa parece que a assistência aos mentecaptos ainda se vai fazendo mais ou menos conforme as exigências da sociedade e não sómente à força de dinheiro ou outros factores de sumária influência.

No Porto, porém, já assim não é. O manicómio Conde Ferreira encontra-se inibido de prodigalizar a necessária assistência, por absoluta falta de verbas, consoante o vêm afirmando em vigências sucessivas os vários administradores que por lá têm passado. É se saírmos do domínio da teoria para o campo da prática vemos logo que no hospital Conde Ferreira encontra-se actualmente internados 280 doentes de ambos os sexos, quando a verdade manda dizer que no referido hospital há alojamentos para 600 indivíduos.

Vê-se que existem 320 lugares vagos e que não são preenchidos unicamente por falta de verbas. Porque há a esclarecer que do número de alienados ali recolhidos uma grande parte é constituída por pensionistas e os que nada pagam—os indigentes—além de serem em pequeno número são apenas também os que foram admitidos em velhas regras, visto que actualmente não é possível o internamento de doentes desta classe, excepto em casos curáveis—deven- do esta cura dar-se no prazo de 6 meses, findos os quais e não havendo esperanças de cura, são entregues às suas famílias.

Sabe-se que no país há um número pa- voroso de alienados que anda pela casa dos 20.000.

Se dividirmos este doloroso número em duas partes, entregando 10.000 aos cuida- dos do norte e ficando a cargo do sul a outra metade, vemos que andam no norte, por esses caminhos das aldeias e ruas das cidades, nada menos do que 9.720 doentes.

MOVIMENTO OPERÁRIO INTERNACIONAL

O congresso da Federação Americana do Trabalho

Realizou-se em Atlantic o 45.º congresso da reformista Federação Americana do Trabalho, que, apesar da morte do laço da burguesia Samuel Gompers, não foi menos reaccionário do que o que se realizou o ano passado na cidade de El-Paso.

A ala esquerda deste organismo fez progressos tanto nos Estados Unidos como no Canadá, em importantes corporações, como na dos mineiros e construção civil, e continuou com a campanha a favor da criação nos Estados Unidos dum partido trabalhista para se opor aos dois tradicionais partidos burgueses.

Também favoreceu a acção da Liga Anti-Imperialista da América, que pretende agrupar as organizações operárias contra o imperialismo «yankee», e em oposição à Federação Pan-Americana do Trabalho, patrocinada pelos sucessores de Gompers. Porisso os trabalhadores fieis às doutrinas deste último traidor tomaram todas as medidas contra ela no congresso.

No seu relatório anual o Comité Executivo da Federação pôs em guarda os congressistas contra as arremetidas dos comunistas, certamente, por desconhecem o desejo sincero que estes têm de realizar a frente única de todas forças operárias organizadas.

Nesse relatório afirma-se que a Federação Americana tem presente 2.878.297 membros, contra 2.865.799 no ano passado, mas parece que esta afirmação não é bem verdadeira.

Assistiram ao congresso uma delegação alemã composta de 15 membros, e uma delegação inglesa de dois membros: Purcell e Ben Smith.

Purcell defendeu calorosamente a «unidade sindical mundial», mas Green, sucessor de Gompers, declarou-lhe perentoriamente:

«Levai à Internacional Vermelha Russa esta mensagem: o movimento trade-unista americano não se filiara nunca numa organização que preta a ditadura do proletariado; frase muito bonita, mas incompleta, porque ele não acrescentou que tal declaração não era feita por amor à liberdade, mas por defender a — de igual forma odiosa — ditadura burguesa.

E é isto que hoje perde o seu tempo a Federação Americana do Trabalho que outrora teve um passado brilhante de lutas, quando nela exerciam a sua acção revolucionária os anarquistas assassinados na penitenciária de Chicago.

Colhido pelo comboio

Na Morgue deu entrada o cadáver de António Duarte Júnior, bombeiro municipal n.º 273 que, ontem de manhã, foi colhido pelo comboio à passagem do nível, na rua 24 de Julho.

AS GREVES

Prossegue corajosamente a dos tanoeiros de Gaia

VILA NOVA DE GAIA, 26.—E' admirável de coesão o espírito dos grevistas tanoeiros que há longos dias mantêm uma heróica luta contra as prepotências dos industriais. Estes, por sua vez, vão-se traindo mutuamente, fornecendo pipas, como se não existisse greve, aos exportadores.

As autoridades, sempre subservientes para os senhores ingleses, pretendem obrigar os grevistas a retomarem o trabalho. Escusado será dizer que esta pretensão nada consegue.

A propósito do manifesto editado pelos grevistas, e de que *A Batalha* transcreveu alguns dos seus períodos, os ingleses causadores de todo este conflito foram junto dos altos poderes protestar contra as verdades insertas no referido manifesto.

Patrulhas da G. N. R. dão um aspecto bélico a esta pacata vila, que parece mais governada pelos ingleses do que por portugueses.—C.

Isto além de constituir um grave perigo para a sociedade, saúde e moral pública, tem ainda o degradante mal de nos colocar afastados da craveira dos porcos que cuidam a sério da assistência aos seus semelhantes enfermos. Ninguém ignora as cenas verdadeiramente desumanas e impróprias de países cultos a que esse aviltado número de alienados que por aí andam dá lugar.

Não vão julgar os que me ouvem que defendo o princípio de que sejam necessários mais hospitais desta espécie, na cidade do Porto. Não. O que urge é dar-lhe condições de vida, facultando-lhe os meios necessários para que possa fazer a indispensável assistência.

Se lermos os relatórios que a Direcção Clínica anualmente publica, constatamos que de ano para ano o número dos doentes internados vai diminuindo, quando é certo que, desventuradamente, a ala dos loucos engrossa ameaçadoramente em cada espaço de 12 meses.

De forma que pelo que fica exposto se deduz facilmente ser necessária a intervenção rápida do Governo em toda a assistência nacional.

Que se socorrendo os estabelecimentos humanitários, quer por qualquer outro processo viável. E porque assim é, eu proponho ao Congresso resolver:

1.ª—Pedir-se ao Governo da República que, por intermédio do ministro do Trabalho, proceda a um minucioso inquérito, levado a efeito em todo o país, e tendente a esclarecer a forma e proporções em que a assistência aos alienados se está fazendo.

2.ª—Que pelo mesmo Ministério sejam abertas verbas especiais destinadas a custear as despesas do internamento imediato de todos os dementes que sejam encontrados vagando pelas ruas ou se encontrem nas masmorras das prisões.

3.ª—Que para tal fim e na parte referente ao norte do país, o Governo utilize o manicómio Conde Ferreira, onde há lugares para 320 doentes.

4.ª—Que seja nomeada uma comissão executiva encarregada de levar ante as entidades competentes as justas conclusões desta tese.

O congressista, Adriano Gonçalves.

VIDA SINDICAL

Câmara Sindical do Trabalho DE LISBOA

Conselho Geral

Reuniu sob a presidência de Alfredo Martins, secretariado Manuel Marques e Jaime de Oliveira Castro.

Do expediente constava: Um convite à Câmara Sindical para se fazer representar na sessão comemorativa do aniversário do Sindicato Ferroviário do Sul e Sueste, nomeado Eduardo Ortiz; ofício do Sindicato dos Impressores Tipográficos, pedindo delegado à sessão de protesto contra as deportações, nomeado Alberto Monteiro.

Entrando na ordem de trabalhos, Alfredo Lopes fala sobre a crise de trabalho, defendendo a conveniência de a propaganda a fazer pró-regresso dos deportados se juntar a propaganda pró-defesa dos salários existentes.

Alfredo Martins, do Sindicato do Mobiliário, diz que o organismo que representa já estabeleceu o salário mínimo para as várias especialidades que compõem a indústria do mobiliário.

Jaime Tiago emite a opinião de que a Câmara Sindical promovia uma reunião das direcções dos sindicatos operários de Lisboa a fim de ser nomeada uma comissão de defesa dos salários existentes.

João de Almeida discorda da opinião de Tiago porque entende que os delegados ao Conselho Geral têm plenos poderes para criarem a referida comissão.

Eduardo Ortiz explica que a comissão instaladora já oficiou aos sindicatos pedindo-lhes que nomeassem delegados a uma comissão que se propunha tratar dos três problemas: horário de trabalho, carestia da vida e presos sociais. A resposta, como o conselho já conhece, foi o silêncio.

Foi aprovado ofício aos sindicatos convidando-os a nomearem delegados para tratar deste assunto.

Carlos Gil, do S. do Mobiliário, declara que o seu sindicato não poderá nomear nenhum camarada porque os existentes estão a braços com um movimento pró-defesa dos salários.

O conselho ocupa-se depois da crise de trabalho e crise de habitação.

Alfredo Lopes, secretário geral, entende que para o assunto ter uma solução conveniente é mister nomear uma comissão com todos os poderes. Outros delegados defendem aquela ideia e o conselho, por unanimidade, elege duas comissões de estudo que ficarão, respectivamente, assim constituídas: Crise de trabalho, Carlos Gil, João Rodrigues e António Martins; crise de habitação, António Serrano, Luís Costa e Ciríaco da Rocha.

Antes de encerrar a sessão alguns delegados ocupam-se da situação em que se encontra o Sindicato dos Carroceiros, sendo resolvido oficiar aquele organismo a fim de se combinar a forma de se reorganizar este organismo.

Em harmonia com o artigo 13 do capítulo 3.º dos estatutos deste organismo, reuniu esta câmara estando representados apenas os sindicatos dos alfaiates, construção civil, metalúrgicos e mobiliários.

O delegado dos alfaiates, embora encontrando lógica na falta de tantos delegados, deveu certamente à chuva e mau tempo que fez durante toda a noite de ontem, lastima contudo esse abandono do conselho que se reúne principalmente para tratar dos presos e deportados, sendo de opinião que, em harmonia com os estatutos da câmara se reúna com os sindicatos representados o que foi aprovado.

Seguidamente a comissão pró-regresso dos deportados apresenta a opinião de que a manifestação que se devia realizar no dia da abertura do parlamento, se realizasse depois, pois nesse dia havendo parada militar, certamente desviaria a importância que esse protesto deve revestir.

Objectou-se ainda o facto de nos primeiros dias do parlamento estar absorvido com a constituição das mesas, comissões, queda do governo, renúncia presidencial, de maneira que a realizar-se nestes primeiros dias, ela seria certamente desvirtuada com os assuntos citados.

Aciteis pelo conselho estes pontos de vista, ficou assente que a manifestação se realizasse em 7 ou 14 de Dezembro, ficando também assente que a representação seja dirigida aos três poderes constitucionais da República, que são o legislativo, o executivo e o judicial.

Lido o convite para a C. S. T. se representar no 1.º Congresso Nacional dos Serviços de Saúde, foi por proposta do delegado da construção civil nomeado o delegado dos alfaiates.

Antes de encerrar a sessão tratou-se ainda da falta do delegado que representou esta câmara no congresso de Santarém e que ainda não apresentou o relatório.

Para assunto urgente reúne hoje, pelas 21 horas, a comissão instaladora e conjuntamente a comissão pró regresso dos deportados.

COMUNICAÇÕES

Operários da Casa da Moeda.—A comissão administrativa do Sindicato dos operários da Casa da Moeda ao tomar posse do cargo para que foi eleito, resolveu saudar todas as vítimas do capitalismo internacional, e ao mesmo tempo tornar público o seu mais enérgico protesto contra as deportações e prisões sem culpa formada.

Resolvem mais procurar dentro das medidas possíveis, e tendo em conta as características especiais da organização do pessoal operário deste estabelecimento fabril, auxiliar a Organização Operária Central, para que no mais curto espaço de tempo, regressem à metrópole, e sejam julgados dentro dos tribunais regulares, todos aqueles que há mais de 8 dias sofrem as agruras deste regime de arbitrio.

Foi também resolvido que o sindicato assinasse o jornal operário *A Batalha*, assim como a revista *A Renovação*, esta desde o primeiro número se possível for.

A seguir foram tratados vários assuntos de interesse para o pessoal. Ficou assente que as reuniões desta comissão sejam às quartas-feiras pelas 21 horas.

Toda a correspondência para este organismo deve ser dirigida para a sua sede, Travessa do Oleiro, 13.

S. U. Mobiliário.

Reuniu anteontem a assembleia geral, tendo apreciado vários expedientes e nomeado Manuel Nunes e Manuel Caetano, respectivamente delegados às sessões comemorativas dos aniversários do Sindicato do Pessoal do Arsenal de Marinha e Carpinteiros Civis. Foi resolvido adquirir 200 exemplares da «Acção dissolvente das touradas» à Universidade Popular Portuguesa. Entrando na ordem de trabalhos foi resolvido oficiar à Federação Corticeira saudando-a pela sua luta e fazendo votos pela breve vitória, para o que se lhe oferece todo o apoio moral e, se tanto for necessário, apoio material. Sobre a questão convocações de assembleias, a assembleia resolveu que quando se verificasse falta de número à hora marcada a mesma reúna uma hora depois com qualquer número.

A assembleia apreciou o pedido de demissão do camarada Alfredo Marques que, presentemente, não faz parte da indústria, aceitando-a e considerando o camarada em referência merecedor da confiança da classe.

Foi, depois, presente o pedido de demissão da comissão de resistência; o que, pela falta de presença de alguns camaradas, se realizou na próxima quinta-feira, sendo para isso convidados directamente os militantes, e entre estes o camarada secretário geral.

Por indicação da comissão administrativa foi resolvido realizar na próxima semana, e de acordo com a Associação dos Manufatureiros de Calçado, uma sessão conjunta de protesto contra as deportações e prisões sem culpa formada.

CONVOCAÇÕES

REUNEM-SE HOJE:

S. U. Mobiliário.—Comissão administrativa.—Pelas 20 e meia horas, sendo necessária a comparência de todos os componentes.

S. U. da Construção Civil.—Secção Profissional dos Canteiros e Polidores da Madeira.—Pelas 21 horas, a comissão administrativa e juntamente os militantes para assunto urgente.

Secção do Alto do Pina.—Para tomar resoluções definitivas sobre a instalação eléctrica e apreciar os últimos orçamentos refém hoje, pelas 20 horas, as comissões administrativas das secções da Construção Civil e Metalúrgica, Comissão de Melhoramentos e Comissão Mista.

Confeiteiros, Pasteleiros e Chocolateiros.—Assembleia geral, pelas 21 horas.

JUVENITUDES SINDICALISTAS